

**ENTRE O DITO E O NÃO DITO: LUGARES OCUPADOS POR MULHERES
INDÍGENAS NAS CAPITANIAS DO NORTE (XVI E XVII)****BETWEEN THE SAID AND THE UNSAID: OCCUPIED PLACES BY INDIGENOUS
WOMEN IN THE NORTH CAPITANIES (XVI & XVII)**

Resumo: As mulheres indígenas foram importantes agentes de contato no mundo colonial e suas experiências históricas possuem especificidades que estão para além da subalternização enquanto mulheres e indígenas. Vê-se nas crônicas coloniais, a partir de olhares masculinos e etnocêntricos, aspectos marcantes das concepções dos viajantes quanto às mulheres indígenas. Embora cada uma tenha sido produzida com determinada finalidade, deixam marcas desses olhares normalizados que são parte da construção de uma aceitação imagética dos caminhos problemáticos da participação da mulher indígena na formação do Brasil. O presente trabalho volta-se de forma crítica sobre recortes das produções de cronistas clássicos como Pero de Magalhães Gândavo (1576), Gabriel Soares de Souza (1587), Claude d'Abbeville (1614) e historiografias como Joaquim Norberto de Sousa e Silva em *Brasileiras Célebres* (1862) e *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Com a análise guiada a partir dos conceitos de agência, protagonismo indígena e gênero como categoria de análise histórica. Por mais que sejam fontes já exploradas em outros momentos, revisitá-las e observar a partir de novas dimensões, faz com que outras realidades sejam expostas.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Gênero. Relações familiares. Agência.

Laís Maria da Costa Silva

Graduada em Licenciatura
em História pela
Universidade de
Pernambuco - Campus
Garanhuns. e-mail:
lais.maria@upe.br.

Abstract: Indigenous women were important contact agents in the colonial world and their historical experiences have specificities that go beyond subordination as women and indigenous people at the same time. It can be observed in the colonial chronicles striking aspects of the conceptions, from both male and ethnocentric perspectives, of the travelers regarding indigenous women. Although each one of these narratives was produced for a specific purpose, they leave traces of these normalized looks that are part of the construction of an imagetic acceptance towards the problematic paths of indigenous women's participation in the formation of Brazil. The present work sought to critically analyze excerpts from the productions of classic chroniclers as Pero de Magalhães Gândavo (1576), Gabriel Soares de Souza (1587), Claude d'Abbeville (1614) and historiography such as Joaquim Norberto de Sousa e Silva in *Brasileiras Célebres* (1862) and *Casa Grande & Senzala* (1933) by Gilberto Freyre. With guided analysis based on the concepts of agency, written by the anthropologist Sherry Beth Ortner, indigenous protagonism and gender as a category of historical analysis. As much as they are sources that have been extensively explored in other studies, revisiting them, and observing them from new dimensions exposes other realities.

Keywords: Indigenous women. Gender. Family relationships. Agency.

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.7>

1 Introdução

As mulheres indígenas foram importantes agentes de contato no mundo colonial e suas experiências históricas possuem especificidades que estão para além da subalternização enquanto mulheres e indígenas. Há nessas experiências, particularidades de sociedade para sociedade, para as quais é necessário fazer o exercício de revisão e localização da retórica hegemônica masculina que investiu fortemente na conotação sexual e de gênero para explicar os papéis femininos, o que implicou em uma construção social e histórica que evidenciou desigualdades de gênero com raízes na economia e nas relações de poder. A priori, as incongruências dessas primeiras narrativas denotam um choque de costumes nas terras recém ocupadas com descrições a partir de lugares de novidades e descobertas para os autores dos registros sobre as práticas que destoavam do que já conheciam. Contudo, essa apresentação distante de uma dualidade de visões é um exercício trivial, visto que da mesma forma que colonos ficam inquietos com as práticas distintas de cada sociedade nativa, estes também sentem tal inquietação e estranhamento sobre as práticas dos grupos colonizadores. Assim, a partir desse estranhamento mútuo, qualquer prática comum será vista como uma descoberta, porém, não será necessariamente uma novidade em sua totalidade para quem a realiza, a exemplo de lugares ocupados por mulheres indígenas em seus contextos de vivência.

Não proponho então uma história etnocêntrica sobre uma história indígena vencida, proponho historicizar relações entre costumes distintos que se expandem e desdobram ao longo do tempo. Diante das ações dos movimentos indígenas com as dinâmicas de fortalecimento e reafirmação identitária indígena, nota-se uma reestruturação das produções historiográficas juntamente com o imaginário sobre a história do Brasil. Durante um longo tempo, diversos tipos de narrativas foram enredados pela deslegitimação do fato que, desde o início das explorações, o território estava repleto de sociedades indígenas organizadas à sua maneira. Talvez o aprofundamento quanto a ocupação dos indígenas em um segundo plano dos objetivos da escrita historiográfica, soe como algo já passado. Contudo, essa perspectiva é a materialização do pensamento eurocêntrico na escrita da História do Brasil, que foram por muito tempo significativos para a formação das concepções extra-acadêmicas a respeito dos povos indígenas.

Para as mulheres indígenas a gravidade da problemática é um pouco maior, uma vez que foram pintadas enquanto portadoras da lascívia e pecado do Novo Mundo que dado o perfil patriarcal normativo da sociedade, os abismos sociais tornam-se mais intensos. Nesse sentido, o presente trabalho caminha por relatos de cronistas analisados a partir do gênero enquanto categoria de análise histórica para evidenciar a agência das mulheres indígenas no projeto colonial.

2 Mulheres Indígenas e Novas Perspectivas de Análise

Pero de Magalhães Gândavo, é considerado o autor da primeira História do Brasil com “A História da Província de Santa Cruz” publicada em Lisboa em 1576 precedendo o Tratado de Terras do Brasil, redigido por volta de 1570 e divulgado somente em 1826 na Coleção de Notícias para História e Geografia das Nações Ultramarinas da Academia Real de Ciências de Lisboa (Viana, 1953). No capítulo IX de sua História da Província de Santa Cruz, menciona “uma índia escrava do capitão” (Gandavo, 2008, p. 129), da mesma forma não nominal que índias intérpretes ou até mesmo as indígenas envolvidas com cativos são mencionadas em demais fontes. Porém, são eventuais as menções nominais embora estas conduzissem ações nos aspectos políticos e econômicos como mostra a historiadora Suelen Julio (2017) com Dona Potência, xavante do aldeamento de Carretão - Goiás que foi relatada como autoridade pelo conde Castelnau e Maria Canoeira que atuou em negociações com os canoeiros (Julio, 2017). Nesse sentido, é notório que a preocupação em mencionar pessoas nominalmente, comumente é intensificada quando diz respeito a homens, enquanto indígenas, neste momento, as mulheres indígenas, o anonimato é corrente. Anonimato seguido de reduções aos aspectos de sua sexualidade e feminilidade, ou a “não feminilidade”, como únicos dados sobre estas mulheres indígenas em uma categoria geral.

Por razões de Estado implicadas no projeto da Colônia, as ações moralizantes da Igreja vão se erguer e marcar os relatos junto a ideia de inferioridade do corpo feminino atribuída pelos médicos da época, princípios normativos assinalados nas falas no lugar da passividade e condicionamento feminino. Com base nas abordagens da historiografia, o pensamento comum era o da mulher como herdeira direta de Eva e por isso precisava pagar

por todo o pecado. Assim, pensar a questão do prazer feminino mediante as perspectivas de moralidade de colonos guiados pelas doutrinas da Igreja Católica sobre uma ética sexual, é um ponto considerável para tomar como ótica o que entendiam sobre as mulheres indígenas, uma vez que em suas organizações sociais internas, por mais que nas concepções culturais nativas o prazer e demais noções sexuais não fossem exclusivamente algo para as mulheres, estas viviam uma maior liberdade sexual em comparação às mulheres brancas europeias da “boa ordem colonial” (Menezes, 2010, p. 115). Nesse sentido, a apresentação das práticas vistas nas sociedades nativas, a exemplo das introdutórias para encontros sexuais ou atos e comportamentos que estavam para além da única finalidade das relações sexuais para a Igreja, a reprodução, aparecem inteiramente ligadas ao campo da luxúria.

O Tratado Descritivo do Brasil de 1587 redigido pelo colono português e depois senhor de engenho baiano, Gabriel Soares de Sousa que chegou ao Brasil em 1569, é uma das maiores referências escritas para a historiografia colonial brasileira, uma vez que além de valioso discurso, tem uma biografia aventureira a envolvê-lo, relacionando diversos aspectos presentes no processo de colonização (Azevedo, 2007). No capítulo CLVI “do que trata a luxúria desses bárbaros” Gabriel Soares de Souza nos remete a toda discussão quanto às interpretações e representações de outros partindo do pressuposto comum nos escritos, a luxúria dos nativos. De início, Gabriel Soares de Souza fala sobre as mulheres mais velhas garantirem aos meninos o ensino em diferentes dimensões junto a mimos e regalos, uma vez que eram desconsideradas pelos homens para demais relações; pontua-se também sobre o relacionamento entre homens e mulheres Tupinambás:

Mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite. É este gentio tão luxurioso que poucas vezes têm respeito às irmãs e tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas; e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas, como já fica dito pelo que morrem muitos de esfalfados. (Sousa, 1587, p. 430).

O historiador inglês, Peter Burke (2007) escreve um breve ensaio a respeito das fronteiras culturais e sua dupla natureza de obstáculos e aproximações. Pensando nisso, no relato de Gabriel Soares vê-se nas marcas do discurso a recusa e resistência quanto às relações

Tupinambás com a superioridade masculina e europeia, coloca em questionamento o respeito entre eles ao mesmo tempo que julga as ações como pecado, dado os princípios religiosos do autor, sendo então uma recusa e resistência consciente e, em um nível subjetivo, o destaque em enfatizar essas diferenças com frequência eleva as barreiras entre o “nós” e “eles” (Burke, 2007). Outro ponto a ser tocado, é a redução do papel das mulheres mais velhas ao ato de introduzir ensinamentos, julgados como errôneos, aos meninos. Contudo, são com as mulheres mais velhas que demais costumes são preservados e passados adiante.

A partir de Joan Scott que considera o simbolismo e os conceitos normativos evocados a partir dele, elementos integrantes das relações sociais é que notamos mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção (Scott, 1995) para os quais a autora usa o exemplo de Maria e Eva como símbolos de mulher. Logo, Maria, inocente e virgem seria o “ser mulher” ideal e Eva, pecadora, com qualquer comportamento semelhante ao dela, sendo repudiado. Vê-se a materialização dessa simbologia de Maria como exemplo máximo, na obra de Joaquim Norberto (1862, s/p.): “A mais humilde das mulheres da terra, mas que reunia em seu seio angélico todas as virtudes, Maria, o símbolo do amor puro e da castidade, que vitoriosa esmaga a serpente e salva a humanidade”.

Tal tradição cristã ocidental dos símbolos foi fundamental no Novo Mundo para a construção dos conceitos normativos quanto às mulheres indígenas, como já mencionado, por seu comportamento ser ligado ao símbolo de Eva ao mesmo tempo que, o sucesso do projeto colonizador estava nas mudanças que conseguiam instaurar na colônia e, guiados pela moral cristã, fazer com que estas nativas, representações de Eva seguissem essas normativas parece ser um ponto louvável para quem está na matriz de dominância. Para demonstrar o sucesso da evangelização, os missionários promovem em suas cartas a representação da virgem mártir indígena, elegendo algumas mulheres como exemplo de conversão e guarda da castidade (Baptista, 2019, p. 4), o que também será visto na produção de Joaquim Norberto na passagem sobre Maria Bárbara:

Desconhecida esposa de ignorado soldado, Maria Barbara, que tantas provas havia dado do seu amor conjugal, foi assassinada cobarde, fria e cruelmente, junto da Fonte do Marco, não longe da cidade de Belém, capital da província do Pará, pela mão homicida, que embalde pretendeu manchar a sua castidade. Resignada preferiu a morte à desonra, e como mansa ovelha,

coroada das flores do sacrifício, deixou-se degollar pelo pérfido assassino, que lhe abriu as portas da glória ao som dos hossanas dos sanetos e innocentes martyres (Norberto, 1862).

Não somente as ações das mulheres, mas também o corpo feminino visto a sua complexidade, há muito tempo foi incógnita e fonte para muitas teorias do campo da medicina. Como a historiadora Mary Del Priore pontua, os mistérios da fisiologia feminina, ao mesmo tempo que seduziram os homens, os repugnavam. O fluxo menstrual, os odores, o líquido amniótico, as expulsões do parto e as secreções os repeliam (Priore, 2020, p. 45). Em contrapartida, a exemplo, o misticismo sexual dos portugueses sobre a moura-encantada, tipo prazeroso de mulher morena e de olhos pretos que encontraram parecida no Novo Mundo entre as índias nuas e de cabelos soltos (Freyre, 2005, p. 160), representa a linha tênue de sedução e repulsa em um Brasil dos primeiros tempos, de solta libertinagem, sem batinas de jesuítas para abafarem-lhe a espontaneidade, como posto por Gilberto Freyre (2005), uma vez que moralmente nas linhas da Igreja, esse corpo exposto e livre era o seio do pecado mas, na prática, era envolvente.

O primeiro contato de patriarcalismos é de um homem português com corpos indígenas. Os corpos já são descritos na carta de Caminha, escrivão da armada de Cabral: “e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela” (Carta, 1500). Da carta de Caminha até Gilberto Freyre, sobre a miscigenação, já está ali a realidade patriarcal, felizmente, desconstruída nos últimos 20 anos pela historiografia.

Entretanto, se pensarmos nos escritos sobre as mulheres indígenas e na ideia de sua origem pecadora, estas ocupavam lugares significativos na terra do pecado, o “Trópico dos pecados” como posto por Ronaldo Vainfas (1989), estando duplamente distante dos ideais civilizatórios, porém, ocupando lugares com relevante significado para suas sociedade; na atuação no campo da educação com grande força da oralidade; no campo da saúde como parteiras; no campo da convivência e do sagrado como rezadeiras; no trabalho doméstico e manual, além de terem significativa importância para os casamentos e, consequentemente, serem o primeiro contato entre colonos e nativos (Garcia, 2015).

D'Abbeville (1614) chegou ao Brasil como parte da missão dos capuchinhos para evangelizar os povos indígenas da região do Maranhão e como nos demais escritos, encontramos as narrativas que atribuem normas e valores por meio das referências culturais do narrador:

Pensam muitos ser coisa detestável ver esse povo nu, e perigoso viver entre as índias, porquanto a nudez das mulheres e raparigas não pode deixar de constituir um objeto de atração, capaz de jogar quem as contempla no precipício do pecado (...) Em verdade, tal costume é horrível, desonesto e brutal, porém, o perigo é mais aparente do que real, e bem menos perigoso é ver a nudez das índias que os atrativos lúbricos das mundanas de França. São as índias tão modestas e discretas em sua nudez, que nelas não se notam movimentos, gestos, palavras, atos ou coisa alguma ofensivos ao olhar de quem as observa; ademais, muito ciosas da honestidade no casamento, nada fazem em público suscetível de causar escândalo. Se tivermos ainda em conta a deformidade habitual, até certo ponto repugnante, concluiremos que essa nudez não é em si atraente, ao contrário dos requebros, lubricidades e invenções das mulheres de nossa terra, que dão origem a maior número de pecados mortais e arruinam mais almas do que as índias com sua nudez brutal e desprezível (D'Abbeville, 1614).

Na inferiorização da mulher, seja ela indígena ou não, vê-se em D'Abbeville a correspondência e proporcionalidade das representações quanto ao padrão europeu de mulher e suas ações colocadas como iguais ou piores que as das mulheres indígenas. Aqui, as indígenas ocupam um lugar de naturalidade e tranquilidade nas representações enquanto as mulheres da Europa agem com toda intencionalidade de induzir os homens ao pecado. Nesse sentido, as ações e intencionalidades delas atribuem às representações do gênero.

Quando Gandavo escreve o Tratado da Terra do Brasil (1573) e a História da Província de Santa Cruz (1576), mesmo sendo o que Capistrano de Abreu chama de propaganda de imigração, deixa claro alguns pontos curiosos sobre os nativos. A princípio de que sem os conflitos das particularidades indígenas, não seria possível viver e ocupar as terras (Gandavo, 1573, p. 65), o que para ser um discurso de propaganda, atribui certa relevância a elas. Comumente, vamos encontrar falas a respeito das práticas de resposta a estes conflitos. Gandavo fala sobre a vivência do cativo:

Dão-lhe uma índia moça, a mais formosa e honrada que há na aldeia, pera que durma com ele, e também tenha cuidado de o guardar, e não vai pera parte que não o acompanhe. Esta índia tem cargo de lhe dar muito bem de comer e beber... E acontece algumas vezes afeiçoar-se tanto a este cativo e toma-lhe tanto amor que foge com ele pera sua terra pera o livrar da morte. E assim alguns portugueses há que desta maneira escaparam e estão hoje em dia vivos; (idem. p. 67 e 68 - grifo meu).

Percebemos a capacidade de agência feminina nesse contexto de intencionalidade e relação de poder, no qual, em nossa percepção sobre “dar-lhe uma índia moça” esta está como puro objeto e em sua reação de fugir da estrutura inserida quando a relação afetiva é estabelecida está no campo da resistência, nesse sentido, as agências são essas formas de poder que as pessoas têm a sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas (Ortner, 2007. p. 64). Outrossim, tal definição também pode ser aplicada no contexto em que Elisa Garcia (2015) trabalha a entrada dos ibéricos nas sociedades tupi-guarani a partir das relações estabelecidas com as mulheres indígenas ou na relação do Jerônimo de Albuquerque, por volta do segundo quartel do século XVI na capitania de Pernambuco, com a indígena depois batizada de Maria do Espírito Santo Arcoverde.

Parece um aspecto natural dos colonos, surpreendidos por uma moral sexual tão diversa de sua, concluírem pela extrema luxúria dos indígenas; entretanto, dos dois povos, o conquistador talvez fosse o mais luxurioso, o que podemos ver em um período mais adiante, citado no estudo sobre a normatização e resistência feminina no Império Português - XVI – XVIII (2003) de Suely Creusa Cordeiro de Almeida quando aponta que muitos colonizadores – sejam eles portugueses, espanhóis, franceses – apoderaram-se das “boas-selvagem” que cobiçavam. Para isso, em uma cadeia de dominação, a autora traz o relato do italiano Michele da Cuneo:

Enquanto eu estava no barco, apanhei uma Camballa belíssima, que o senhor almirante me deu; tendo-a eu no meu quarto, e estando nua, conforme o seu costume, surgiu-me o desejo de me divertir com ela. E querendo pôr em ação o meu desejo, e ela não querendo, agarrou-me tanto com as unhas que eu preferia nem ter começado. Estando assim as coisas – para dizer como tudo acabou – agarrei duma corda e açoitei-a de forma que ela dava gritos terríveis que nem julgaria serem possíveis. Mas por fim

chegamos a um tal acordo que posso dizer-te que ela parecia ter sido amestrada numa escola de prostitutas.

Em diferentes momentos desse trabalho, recorreremos a uma literatura tradicional ao mesmo tempo que ainda recebemos do externo contemporâneo, a violência contra as mulheres junto a tantas outras opressões que permeiam nossa sociedade e seguem como realidades a serem combatidas. Nesse contexto, falar do passado colonial é tocar em feridas abertas. Aqui, nessa malha de dominação, a mulher aparece como um objeto livre de ser consumido, ao mesmo tempo que colocamos em questão a passividade por muito tempo exposta na história. Mesmo que no final do relato vemos que o ato sexual aconteceu, vê-se que a repulsa para tal foi colocada em prática com a defesa pessoal. Direcionar o olhar para a prática de defesa, não implica em negar a violência do projeto colonial, implica em deixá-la em segundo plano para que questões que vão além da materialidade dos corpos das mulheres indígenas sejam priorizadas.

Nesse exercício de repensar os caminhos historiográficos, vê-se em Michel de Certeau que o próprio problema disso é a relação entre o "sentido" que se tornou um objeto e o "sentido" que hoje permite compreendê-lo (Certeau, 1982 p. 39). Dessa forma, os questionamentos gerados por agora sobre a compreensão dos historiadores anteriores, desde Gandavo citando as mulheres indígenas cujos comportamentos condizem com os que seriam masculinos, até Gilberto Freyre, tratando as relações estabelecidas, principalmente sexuais, com as nativas, da forma mais simples e naturalizada, revelam as relações deles com o momento nos quais escreveram. Mesmo se tratando de séculos de diferença, eles, diante da sociedade na qual estavam inseridos, ambas intransigentes patriarcais, deixaram isso em evidência em suas produções, o que nos gestos de interpretação de hoje inquieta novos historiadores, uma vez que a pauta passou de ser apenas mais um objeto para ser um valioso ponto a ser compreendido a partir das questões formuladas diante de novas escritas historiográficas resultando na construção de novos sentidos às obras.

3 Saberes que se envolvem e desenvolvem: políticas de aldeamentos e ofícios

Comumente a noção de mulheres indígenas e sua atuação nas sociedades nativas e organizações coloniais serão a partir dos lugares estáticos de maternidade e submissão. Porém, sabe-se que seus ofícios vão para além dessa redução a partir das noções de divisão destes entre meninas e meninos, sendo os primeiros educados nas missões como intermediários entre os missionários e os nativos (Júnior, 2013), bem como as mulheres cujos maridos estavam ausentes para viagens ao sertão, faziam parte das casas das recolhidas¹. Às meninas interessavam os ofícios que implicariam no funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar. Ademais, a documentação permite identificar mulheres horticultoras, coletoras, ceramistas, educadoras, integrantes dos espaços de decisão, combatentes bélicas, lideranças espirituais e figuras centrais em rituais (antropofágicos, iniciantes etc.), entre outras possibilidades (Baptista; Wichers; Boita, 2019). Para além da passagem de ofícios e catequização indígena, os aldeamentos contavam também com a reestruturação da mão-de-obra nativa tendo um acentuado impacto nos aspectos organizacionais dessas sociedades. Todavia, a historiadora Mary Del Priore chama atenção para a análise dos comportamentos indígenas sob a premissa teórica da resistência adaptativa (Priore, 201, p. 21), conceito usado pela historiadora Maria Regina Celestino para referir-se aos indígenas que aceitaram viver nesses aldeamentos como estes sendo um mal menor em comparação com a vivência fora deles e desenvolvendo formas de negociação para seus próprios interesses. A grosso modo, por maior que tenha sido o esforço dos colonos e missionários, a exclusão das mulheres jamais se alcançou no projeto colonial.

Desempenhando boa parte dos trabalhos em suas sociedades, como já mencionado, principalmente nas atividades de iniciação dos meninos, rituais antropofágicos, preparo do cauim e cuidados aos prisioneiros, a ocupação dessas posições de destaque causam estranheza as imagens pictóricas sobre o canibalismo produzidas nos séculos XVI e XVII, pois contrariam a predominância masculina no comando das guerras e da vingança (Raminelli,

¹ Ou Cotiguaçu, sua inserção se dá no que pode ser considerado como área missionária, onde se alinham oficina, escola, claustro, cemitério e igreja. Trata-se de uma área responsável pela criação dos discursos oficiais do povoado, de onde se emana a nova ordem vigente e suas moralidades, ambas em constante transformação ao longo da história. In: BAPTISTA, Jean Tiago; WICHES, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. "Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56150, 2019

1997), acrescento que suas participações, de modo geral, contrariam a ideia de protagonismo masculino na sociedade patriarcal.

4 Considerações Finais

A grosso modo, mulheres foram ignoradas pela historiografia e no que tange às mulheres indígenas, a problemática é ainda maior. Contudo, vimos que nos relatos de cronistas, as observações sobre estas não são mínimas, visto o teor discursivo pautado nos padrões civilizatórios europeus. Já no que tange as documentações administrativas, me parece que a dificuldade para essas mulheres emergirem, é maior.

Vimos as muitas tentativas de implicação dos padrões europeus às mulheres indígenas, entretanto, não há condições de sociedades já estruturadas serem influenciadas em sua totalidade, dessa forma, não acredito ingenuamente que as mulheres em geral seguiram as normas estabelecidas ou às ignoraram completamente. Portanto, é inegável que as mulheres indígenas, inseridas na sociedade colonial, conseguiram construir suas identidades e exercer suas ações sendo agentes na constituição de suas realidades (Julio, 2017).

Com o método de análise de discurso e as dimensões do estudo de agência pudemos olhar para além dos olhos dos missionários para compreender o lugar social ocupado por elas. De certa forma, para além de intermediárias no contato de colonos e indígenas, foram também agentes de suas ações. No mais, atingimos o lugar de evidenciar a importância da mulher e suas relações para a construção de narrativas e de uma identidade menos unilateralista do povo brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português - XVI - XVIII / Recife, UFPE, 2003.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHES, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: Patrimônio silenciado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2019. 27(3): e56150. Disponível em: <https://www.scielo.br>

CARTA de Pero Vaz de Caminha [1500]. Disponível em: carta (bn.br). Acessado em: 03 de março de 2023

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas; tradução de Sérgio Milliet. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 404 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 105). Disponível em: <https://www2.senado.gov.br>.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. rev. - São Paulo: Global, 2005.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>.

GARCIA, Elisa Fruhauf. Conquista, sexo y esclavitud: en la cuenca del rio de La Plata: Assuncion y São Vicente a mediados del siglo XVI. Americania: Revista De Estudios Latinoamericanos, (2), 39–73. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>

JULIO, Suelen Siqueira. Damiana da Cunha : uma índia entre a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Niterói: Eduff, 2017.

JÚNIOR, Almir D. de Carvalho. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). Revista de História São Paulo, nº 168, p. 69-99, janeiro / junho 2013

MENEZES, Jeannie da Silva. Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no direito local de Pernambuco no século XVIII. 2010.

ORTNER, S. B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (org.). Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80. Pagu (4), 1995.

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (org.). História do Corpo no Brasil. São Paulo: Unesp, 2011.

PRIORE, Mary del. Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2020.

RAMINELLI, Ronald. EVA TUPINAMBÁ. In: Mary del Priore (ed.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa, 1820-1891. Brasileiras célebres – Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br>.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brazil em 1587. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>

Data de aceite: 18/12/2023

Publicação: 26/12/2023